



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001758-56.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto**  
 Requerente: **Antonio Angelo Arraes Bernardino**  
 Requerido: **Prefeitura Municipal de Nova Europa**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

A preliminar de ilegitimidade ativa suscitada pelo requerido deve ser acolhida.

O documento de fl. 11, que se trata de débito relativo ao fornecimento de água, consta como devedor a pessoa de Sebastião Adelino, nada se relacionando com o autor. No mais, os débitos relativos a cobrança de água, são pessoais e não *propter rem*, sendo somente a pessoa que consumiu a água responsável pelo pagamento/discussão acerca dos débitos pendentes, no caso dos autos a pessoa de Sebastião Adelino, pelo o que também se verifica ausência de interesse processual.

Em suma: o autor não está sendo cobrado e não tem legitimidade para discutir a cobrança lançada contra terceiro.

Ante ao exposto, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VI, do CPC.

Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.C.

Araraquara, 03 de setembro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**